

O País e suas responsabilidades

O esboço do projeto do governo destinado à convocação da Assembléia Nacional Constituinte, a ser encaminhado amanhã ao Congresso Nacional, bem reflete o anseio atual, maior, da sociedade brasileira, que é o de corporificar em uma Carta Magna, gerada da própria soberania civil nacional, o conjunto de instituições, de regras normativas básicas, das quais decorrerão todo o ordenamento jurídico que regerá o Estado e a sociedade do Brasil, traçando o verdadeiro perfil e ao mesmo tempo definindo os destinos da Nação. Reflete esse anseio na medida em que confere soberania plena, total, sem nenhuma restrição, à Assembléia Nacional Constituinte, até mesmo para estabelecer a forma de organização do Estado e da sociedade. Teoricamente, a Assembléia Nacional Constituinte terá poderes até para implantar a monarquia e o Estado unitário no País — abolindo a República e a Federação. Isso já basta para dar nesse uma idéia precisa da amplitude dos poderes constituintes do colegiado a ser eleito para tal elevado mister.

Levando em consideração a simultaneidade dos trabalhos legislativos, do Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte, parece-nos oportuna a sugestão de Paulo Brossard, no sentido de que, durante todo o período da Constituinte, o governo só envie ao Congresso projetos de lei realmente urgentes, que não possam ter deliberação adiada. Procede a sugestão, primeiro para evitar-se a dispersão de esfor-

ços, o desvio do trabalho legislativo fundamental — o constituinte. Segundo, porque as diretrizes constitucionais a serem estabelecidas — com a nova Carta Magna — poderão exigir a reelaboração de um sem-número de leis ordinárias.

Nem seria preciso enfatizar o tamanho da responsabilidade que pesará sobre os ombros de cada um dos membros que comporão a Assembléia Nacional Constituinte. Responsabilidade histórica, porquanto do descritivo, da lucidez, da competência do colegiado constituinte dependerão os rumos a serem seguidos pelo País, ao encontro de seus destinos. Sensibilidade maior exigir-se-á dos eleitos constituintes, a fim de que saibam bem detectar o que o País é, e o que pretende ser. Que não incorram nos velhos erros de tantos quantos têm elaborado papéis constitucionais em nossa América Latina, alguns cheios de pensamentos desejosos — *wishful thinkings* —, utópicos, mas que em nada correspondem à realidade econômica, social e política das respectivas sociedades. Eis por que tão pouco têm durado os textos constitucionais nesta parte do mundo — por não conseguirem refletir, no papel, os dados dinâmicos da realidade, razão pela qual acabam por desmoralizar-se, como letra morta.

Se será grande a responsabilidade dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, é evidente que maior ainda será a responsabilidade nossa, pois escolheremos livremente, nas urnas, pessoas que deterão

uma magnitude de poder que bem sabemos qual. É preciso que eles acertem, mas, antes, é preciso que nós acertemos, ao escolhê-los.

Para a histórica instalação da Constituinte, é claro que o País inteiro deverá estar mobilizado. A participação não é só direito, mas dever de todos os grupos sociais, de todas as correntes de opinião pública. Não há sentido algum em discriminar este ou aquele setor, assim como não têm propósito, por exemplo, algumas acusações feitas a setores empresariais, chamados de "donos da Constituinte".

Por outro lado, cabimento não tem o farisaísmo que condena sistematicamente os gastos eleitorais, como se não devesssem existir ou fossem sempre imorais. Ora, em qualquer democracia onde haja eleições, implicarão elas gastos. O que importa é normatizar tais gastos por meio de legislação específica; e que tanto os candidatos, quanto os partidos políticos demonstrem claramente, perante a opinião pública, sem escamoteações ou subterfúgios, suas receitas e suas despesas reais, ocorridas em razão das campanhas eleitorais.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte é momento histórico para o Brasil, como serão a eleição de seus membros e a instalação efetiva dos trabalhos do colegiado. São momentos em que o País se vê face a face, enfrentando suas reais responsabilidades.